JORNAL Comércio

Porto União/SC | União da Vitória/PR | Ano 92 | Edição **6733 | R$ 9,99**
Sexta-Feira, 22 de Setembro, **Sábado**, 23 de Setembro, **Domingo**, 24 de Setembro de 2023

PRODUTORES DE LEITE ESTÃO PASSANDO POR UMA CRISE, ALEGA PEDRO IVO ILKIV

Segundo o produtor, importação desenfreada tem causado problemas para produtores nacionais

PÁGINAS | 08 e 09

REI ATACADISTA, DO GRUPO IMPERIAL, É INAUGURADO EM PORTO UNIÃO

Com a geração de mais de 150 empregos diretos e indiretos, a operação marca a entrada do Grupo no segmento de atacado

PÁGINA | 05

Supermercado CHIPITOSKI
@chipitoski
(42) 3522-2430

EDUCAÇÃO

92 VEÍCULOS SÃO ENTREGUES PARA NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Para o deputado Hussein Bakri, a atenção que o Governo Ratinho Junior vem dando à educação está sendo fundamental

Da Assessoria

Foto: Lucas Fermin/SEED



A educação do **Paraná** está a cada dia mais qualificada, e o deputado estadual e presidente da **Comissão de Educação da Assembleia Legislativa** comemora mais uma grande conquista para o setor. Ocorreu nesta quarta-feira (20) a entrega de 92 novos veículos para os **Núcleos Regionais de Educação**.

O investimento garantirá mais segurança e conforto aos servidores nos deslocamentos para as atividades pedagógicas e administrativas. Os carros são locados, assegurando um processo mais ágil e econômico para o Estado, tanto na manutenção quanto na substituição em caso de necessidade.



O deputado **Hussein Bakri** foi representado no evento pelo chefe de gabinete, coronel **Taborda**, que parabenizou o **Governo do Paraná** por mais esse investimento.

Para o deputado **Hussein Bakri**, a atenção que o **Governo Ratinho Junior** vem dando à educação está sendo fundamental. *"A melhor educação do Brasil não para de investir e de se qualificar",* avaliou o parlamentar, se colocando à disposição para sempre trabalhar por melhorias. *"A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa apoia e é parceira de todas as iniciativas em favor do ensino público do Paraná."*

O COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA.
SOMOS GPTW
Fundado em 11 de Junho de 1931
Site: *www.jornalocomercio.com*

FILIADO A
ADJORI SC
ADIPR

Direção Geral: Sitamar Luzia Brittes Dalmas **Editor-Chefe:** Eduardo Carpinski **Gerência:** Andrews Roberson Batista
Departamento Comercial: Lu Calistro **Corretor de Conteúdo:** Ana Cabral **Reportagem:** Ivana Caroline Porn, Wannessa Stenzel, Jaqueline Castaldon e Rafael Peruzzo. **Diagramação:** Gabrielly Cesco **Colaboradores:** Therezinha Wolff, Odilon Muncinelli, Brittes Antonio Brittes
Assinatura Anual (Local: R$ 240,00 | Microrregião: R$ 480,00) **Atendimento:** Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR) CEP: 84600-180 - Tel (42) 3521-2050 **CNPJ: Matriz:** 77.958.882/0001-27 | **Filial:** 77.958.882/0002-08 **Circulação:** União da Vitória, Cruz Machado, Paulo Frontin e Porto União. **Impressão:** Press Alternativa. **ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS, NÃO REFLETEM NECESSÁRIAMENTE A OPINIÃO DO JORNAL.**

8/2023
ADJORI SC
www.adjorisc.com.br
CCJ
REGULARIDADE COMPROVADA

PARANÁ SERVIRÁ DE MODELO PARA NOVO PROGRAMA HABITACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Foco principal da parceria é a transferência de conhecimento em relação à modalidade de concessão de subsídios financeiros

AEN-PR

O programa **Casa Fácil Paraná**, que já inspirou diversos estados e prefeituras, servirá agora de modelo para o **Governo do Estado do Rio de Janeiro**. O acordo para importação da política habitacional adotada no **Paraná** a partir de 2021 foi definido durante um encontro entre representantes dos dois estados no **Rio Construção Summit**, evento que reúne empresários, especialistas e gestores públicos ligados ao setor, que começou na terça-feira, 19, e segue até esta quinta, 21, na capital fluminense.

O termo de cooperação foi assinado pelo presidente da **Companhia de Habitação do Paraná** (Cohapar), **Jorge Lange**, e o secretário estadual de **Habitação de Interesse Social do Rio de Janeiro**, **Bruno Dauaire**. O documento prevê que a empresa de economia mista vinculada ao **Governo do Estado** repassará à equipe da pasta fluminense os sistemas e metodologias aplicadas ao **Casa Fácil**, cujos primeiros passos serão discutidos em um encontro marcado para a primeira semana de outubro.

O foco principal da parceria é a transferência de conhecimento em relação à modalidade de concessão de subsídios financeiros. Criada em 2021 pelo governador **Carlos Massa Ratinho Junior**, ela já beneficiou mais de 30 mil famílias paranaenses com auxílio financeiro para custeio do valor de entrada em imóveis financiados pela **Caixa Econômica Federal**.

Recentemente, o governador anunciou uma segunda etapa do programa cuja meta é atender mais 40 mil famílias até o fim de 2026. Entre as mudanças, estão o aumento de R$ 15 mil para R$ 20 mil no subsídio por imóvel e a ampliação de três para quatro salários mínimos na faixa de renda do público atendido.

O presidente da **Cohapar** representou os estados brasileiros em uma mesa de debates com o secretário nacional de **Habitação**, **Hailton Madureira de Almeida**; a vice-presidente de **Habitação da Caixa**, **Inês Magalhães**; o governador **Claudio Castro** e o prefeito **Eduardo Paes**. No encontro, **Langue** defendeu o modelo adotado pelo **Governo do Paraná** para redução do crescente déficit habitacional.

"O termo de cooperação técnica que assinamos com o Rio de Janeiro para oferecer toda a tecnologia e expertise dos programas e projetos habitacionais desenvolvidos no Paraná é uma forma de ampliarmos ainda mais este modelo que tem dado certo no Estado. Nosso objetivo é compartilhar esse conhecimento com cada vez mais governos estaduais e municipais para que o Casa Fácil seja levado para todo o Brasil", afirmou.

Cohapar



Outras ferramentas

Também estão incluídos no pacote a ser exportado para o **Rio de Janeiro** as ferramentas e treinamentos necessários para a implantação do sistema de cadastro online de famílias, utilizado para gestão e seleção de beneficiários no **Paraná** há anos. Por fim, o governo paranaense também repassará informações sobre sistema e metodologias utilizados para a elaboração do **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social** (PEHIS), que é feito de maneira digital em parceria com as prefeituras para diagnóstico das demandas de cada município.

Rio Summit

Ao longo de três dias, o **Rio Construção Summit** promove discussões sobre a conjuntura atual e as perspectivas para o aumento da produtividade da construção, a redução do déficit habitacional e o aprimoramento da infraestrutura. Com a reunião de líderes e especialistas nacionais e internacionais, o evento tem como objetivo estimular a inovação para transformar o futuro da construção civil no **País**.

Até esta quinta-feira, mais de 200 palestrantes, divididos em quatro palcos simultâneos compartilharão mais de 80 horas de conteúdo para um público de aproximadamente cinco mil pessoas formado por empresários, profissionais de engenharia e arquitetura, membros do poder público e estudantes.



NOBRE COMUNICAÇÃO VISUAL

ESPECIAL

UNIUV COMPLETA 49 ANOS DE HISTÓRIA

Aniversário da instituição de ensino foi comemorado na terça-feira, 19

Da Redação

O **Centro Universitário de União da Vitória** (Uniuv) celebrou 49 anos na terça-feira, 19. A data foi marcada pela realização de uma palestra com o tema *"Inteligência Artificial e seus impactos no futuro das profissões"*, ministrada pela life planner, mentora e consultora **Marine Lima.** O evento aconteceu na quarta-feira, 20, no **Cineteatro Luz Uniuv**.

Arquivo



A instituição de ensino foi fundada em 19 de setembro de 1974 pelo empresário **José Nelson Dissenha**, pelos advogados **Moacir de Melo**, **Hélio Bueno de Camargo**, **Odilon Muncinelli** e pelo juiz de direito, **Dr. Ségio Ângelo Francisco Matiolli**. A intenção era oferecer 11 cursos, sendo eles **Direito**, **Medicina**, **Engenharia Civil**, **Odontologia**, **Medicina Veterinária**, **Agronomia**, **Política**, **Farmácia**, **Ciências Contábeis**, **Administração** e **Ciências Econômicas**.

"Há 49 anos teve início a trajetória desta importante instituição de ensino superior que formou muitas lideranças empresariais, políticas e que promoveu o desenvolvimento humano, cumprindo seu papel na formação de cidadãos de caráter, entusiasmados com o desenvolvimento regional. Hoje continuamos dando vida ao sonho de pessoas que planejaram e tornaram realidade o que a Uniuv é hoje. Grandes desafios mas com a certeza de contar com o apoio da sociedade para a construção de um mundo melhor, mais justo e plural", comenta o reitor, professor **Lúcio Kürten dos Passos**.

Atualmente, a **Uniuv** oferece 14 cursos de graduação, entre licenciatura, bacharelado e tecnólogo, sendo a maioria deles no modelo híbrido (com aulas presenciais e online).









ensina mais
PROGRAMAS EDUCACIONAIS
(42) 99973-7535

CONTEÚDO DE MARCA

REI ATACADISTA, DO GRUPO IMPERIAL, É INAUGURADO EM PORTO UNIÃO

Com a geração de mais de 150 empregos diretos e indiretos, a operação marca a entrada do Grupo no segmento de atacado

Da Assessoria

A primeira unidade do **Rei Atacadista**, do **Grupo Imperial**, inaugurou nesta quinta-feira, 21, em **Porto União** (SC).

O **Rei Atacadista**, primeiro no modelo *"atacarejo"*, abriu suas portas às 9 horas com a cerimônia de inauguração e corte da fita.

O público, que compareceu em grande número, pode conhecer a nova estrutura, aproveitar as promoções especiais de inauguração e economizar de verdade.



Fotos: Divulgação



Contando com uma área de venda de 2.000 metros quadrados, o novo **Rei Atacadista** possui mais de 150 vagas de estacionamento e amplo mix de produtos, com mais de 10 mil itens nos setores de mercearia, padaria, hortifrúti, bebidas, cuidados pessoais, artigos de limpeza, frios e laticínios à disposição do cliente.

Localizada na Rua Jornalista Hermínio Millis, n°328, no Bairro **Santa Rosa** em **Porto União**, a loja está em uma área privilegiada, contemplando preço baixo, qualidade e economia para o Vale do Iguaçu e toda a região.

Acompanhe também o **Rei Atacadista** nas redes sociais pelo @reiatacadista e fique por dentro de todas as novidades e as melhores ofertas!

Rei Atacadista
Rei dos Preços Baixos



REMAX MATERIAIS ELÉTRICOS
(42) 3522-2888



Informando

Brittes Antônio Brittes
colunista@jornalocomercio.com



Reprodução

Sucesso

Cordovan Neto, secretário municipal de Esportes, com apoio do prefeito Bachir Abbas, está realizando com grande sucesso um torneio de futsal, no Pastuchão, envolvendo escolas locais das duas cidades e da região. Crianças a partir dos 5 anos estão competindo.

104 Anos

O Centro Comunitário de Santa Cruz do Timbó convida a população para os festejos alusivos aos 104 anos do Distrito, que acontecem nesta sexta, sábado e domingo. O prefeito Eliseu Mibach deve anunciar uma importante obra para aquela comunidade, que ultrapassa R$ 1 milhão.

Multivacinação

O secretário de Saúde de União da Vitória, Carlos Diego Train, confirmou a multivacinação para toda a população. O Dia D será em 21 de outubro. A campanha iniciará em 14 de outubro e se estendendo até o dia 28 do mesmo mês. Todo o Estado estará mobilizado.

Corte

Na experiência do seu sexto mandato no legislativo de Porto União, Luiz Alberto Pasqualin elogiou o governador Jorginho Mello, que já alcançou quase 40% da meta de R$ 1,1 bilhão em cortes de despesas aos cofres públicos.

Zerou

O prefeito de União da Vitória, Bachir Abbas, com a construção do Centro Paralímpico, zerou as obras que estavam paralisadas, algumas há mais de 10 anos.

Primeiro

O deputado federal Valdir Cobalchini tem seu primeiro projeto aprovado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. A proposta do parlamentar determina que todo bem apreendido em atividade ilícita seja convertido a favor do Estado.

Programa

O município de Paula Freitas foi incluído no programa Asfalto Novo. Vai receber cerca de R$ 5 milhões para pavimentação das ruas urbanas da cidade. Outros R$ 713 mil serão investidos para complementar a iluminação pública com LED. A boa nova foi anunciada pelo deputado Hussein Bakri, líder do governo na Assembleia.

Cuidado

Boatos circulando de que poderão ser apresentadas ao Ministério Público denúncias sobre uma suposta farra de viagens de vereadores a Brasília. Todas as semanas os gabinetes recebem vereadores que vão entregar ofício solicitando emendas, o que pode ser feito à distância.

Opinião

Por André Marsiglia

O QUE FICA DOS JULGAMENTOS DOS ATOS DO DIA 8

Não parece haver dúvidas de que os réus do dia 8 de janeiro serão todos condenados a penas muito pesadas. O Supremo quer dar um recado contundente e não poupará esforços para isso.

Inegável que a Corte se sentiu acuada e muito desconfortável com as críticas ostensivas e reiteradas de Bolsonaro e seus seguidores e quer agora mostrar quem manda. Não se pode ignorar também que parte dos ministros colaborou para o imbróglio ao se colocar em um lugar de protagonismo político indesejável a quem faz parte de um Tribunal constitucional, carregando a instituição a seu reboque.

Seja como for, o recado do STF está sendo dado. Acredito que bolsonaristas e – espero – petistas pensarão duas vezes antes de atear fogo ou invadir prédios da praça dos Três Poderes.

No entanto, os julgamentos a que estamos assistindo não deveriam servir apenas para fazer lembrar da força de um poder da República, mas também para deixar claro que antes de toda e qualquer coisa, o STF é uma Corte de justiça.

Não consigo imaginar que os julgamentos de qualquer destes réus, se em trâmite perante a primeira ou segunda instâncias, resultariam em condenações brutas como a de 17 anos de prisão em regime fechado, destinada ao primeiro réu. E se resultassem, decerto, os advogados teriam tranquilidade em afirmar a seus clientes que as instâncias revisoras abrandariam a pena, sem apego a tamanha rigidez e envolvimento emocional com o caso.

Muito antes de terem nascido “O Príncipe” de Maquiavel e “O Pequeno Príncipe” de Saint-Exupéry, Aristóteles já considerava como valor-essência da justiça a “proporcionalidade”, aplicada pelo homem experiente, dotado de prudência – termo que associado à justiça resultou no que hoje conhecemos como “jurisprudência”.

A Corte está mostrando poder, mas está perdendo uma boa chance de mostrar também sua capacidade de ser prudente e serena diante dos acontecimentos, dosando com adequação as penas e evitando erros graves, como a imputação de crimes que se absorvem, como o de golpe e abolição do Estado democrático, em evidente e reprovável “bis in idem”.

Não concordo com a fala do advogado do primeiro réu, que afirmou, da tribuna, que os ministros do STF são os mais odiados do país. Em uma República mequetrefe como a nossa, o título de autoridade mais odiada não é tão simples de se alcançar. A disputa é muito grande.

Mas, se não são odiados, inspiram medo. Algo pior e muito triste para um Estado democrático fundado no valor da justiça. Os ministros poderiam ter usado os julgamentos para tentar desfazer essa visão. Não fizeram. Não quiseram fazer. Não sei.



André Marsiglia é advogado e professor. Especialista em liberdade de expressão e direito digital. Pesquisa casos de censura no Brasil. É doutorando em direito pela PUC-SP e conselheiro no Conar. Escreve semanalmente para o Poder360, onde este artigo foi originalmente publicado.

PELO PARANÁ

ADIPR Associação dos Jornais e Portais do Paraná

ALINHAMENTO

Representantes da Associação dos jornais e Portais do Paraná (ADI-PR) reuniram nesta quinta-feira (21) com o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Fernando Guimarães, na sede da instituição, para tratar sobre a colaboração entre as duas entidades, essenciais para o Estado do Paraná. Na ocasião, participantes debateram sobre a gestão pública e o controle das contas estaduais. Guimarães reforçou o compromisso da instituição na fiscalização das contas públicas, os desafios enfrentados e os avanços alcançados.

Presentes

A reunião contou com a presença do Jedaias P. Belga – do jornal Tribuna de Cianorte, Jucelino Costa – jornal Gazeta Regional , Nery José Thomé – jornal Tribuna do Interior, Fernando Guimarães – presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Antonio Saad Gebran – jornal Folha do Litoral, Wilson Oliveira- jornal Diário dos Campos e Ricardo Takiguti – Diretor geral de comunicação da ADI-PR.

Mercado internacional

O Paraná busca a consolidação da marca do Estado no mercado internacional, com atração de investimentos estrangeiros. O diretor-presidente da Invest Paraná, Eduardo Bekin, agência de atração e promoção de investimentos do Governo, destaca que para a consolidação há um trabalho amplo de fortalecer a imagem do Paraná como o mais sustentável no ranking de competitividade dos estados brasileiros, e cuja sustentabilidade foi reconhecida pela OCDE.

1º lugar

Curitiba recebe mais um reconhecimento internacional: o 1º lugar no Fab City Awards, título de reconhecimento da instituição Fab City Foundation, com sede na Estônia, que avalia ações inovadoras implementadas em Curitiba para ampliar o acesso à alimentação saudável à população e de combate à fome e desperdício de alimentos renderam à cidade. Os programas analisados foram Fazenda Urbana e as hortas urbanas, o Mesa Solidária, Banco de Alimentos e os Armazéns da Família.

Agenda central

O Partido Progressista lançou a 'Agenda Central do Progressistas', o guia para os candidatos da sigla nas eleições do ano que vem. De acordo com a deputada estadual Maria Victória, o documento traz 11 princípios e compromissos que servirão de alicerce para ações e políticas públicas dos progressistas.

Lote 2

O leilão do lote 2 será realizado no dia 29 deste mês, às 14h na B3, a Bolsa de Valores do Brasil. A previsão de assinatura do contrato é para o final de janeiro do ano que vem. As novas concessões rodoviárias têm 604,16 km de extensão. Está previsto um investimento de R$ 10,8 bilhões em obras e R$ 6,5 bilhões em conservação e serviço ao usuário durante os trinta anos de vigência da concessão, gerando cerca de 110 mil empregos. O leilão .

PR-317

O Consórcio Planova – Construbes, formado pelas empresas Planova Infraestrutura Ltda vai ser a empresa responsável pela duplicação da PR-317 em Toledo, região Oeste, em uma extensão de 3,29 quilômetros.

Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Da Redação ADIPR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br

/peloestado [PeloEstado] peloestado.com.br

A invalidação do Marco Temporal

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para invalidar a aplicação da tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas.

Os esforços do Governo de Santa Catarina, deputados estaduais e dos parlamentares da bancada catarinense em Brasília precisarão ser reforçados com a derrubada da tese que, até então, definia que os indígenas teriam direito somente sobre as terras que já eram tradicionalmente ocupadas por eles no dia da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Aqui no Estado, as áreas rurais em questão foram vendidas aos colonos que migraram há mais de 100 anos e são ocupadas por pequenos produtores que praticam a agricultura familiar.

Estão sendo afetados diretamente o Grande Oeste, Alto Vale do Itajaí e a região do litoral e mais de 1.200 famílias podem perder as suas terras. Estima-se que se estas novas terras forem demarcadas, a redução na produção de alimentos será de 12 a 16%.

O temor do Governo de Santa Catarina e demais estados é que uma nova demarcação de terras gere um conflito agrícola em todo o país, além de uma crise sem precedentes para a economia.

Para evitar que se chegue a este cenário, Jorginho Mello (PL) e sua equipe já estão estudando alternativas e uma das possibilidades é a apresentação de um acordo aos indígenas para diminuir o impacto da decisão.

Atualmente, há 226 processos suspensos nas instâncias inferiores do Judiciário, aguardando uma definição sobre o tema.

Consórcio Sul e Sudeste

Começou a tramitar esta semana na Assembleia Legislativa o projeto de lei que oficializa a adesão de Santa Catarina ao Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), que reúne os estados do Sul e do Sudeste do Brasil. O projeto, apresentado pelo Governo do Estado, ratifica o protocolo de intenções celebrado entre Santa Catarina e os demais estados, assinado pelos governadores em junho deste ano. A aprovação pela Assembleia Legislativa é uma exigência da legislação federal. O objetivo principal do grupo é unir os estados, considerados os mais ricos do país, para defender os interesses das duas regiões junto ao governo federal.



Foto: Eduardo Valente/Secom

Estrada Boa

Iniciaram ontem as obras de recuperação na SC-108 entre Brusque e Gaspar. O secretário Jerry Comper e o Superintendente de Infraestrutura da SIE, Vissilar Pretto, acompanharam in loco o início desta obra que faz parte do Programa de Recuperação Rodoviária de Emergência – parte integrante do Programa Estrada Boa, lançado recentemente pelo governo do Estado.

Novo porto

A estrutura portuária catarinense deve receber um novo empreendimento nos próximos anos. A Imbituba Empreendimentos & Participações (IEP) trabalha para implantar o novo terminal marítimo em uma área de 275.000 m², localizada na Praia do Porto. O investimento, feito pela iniciativa privada, deve chegar a R$ 600 milhões e a estimativa é que dobre a movimentação de cargas na região Sul do Estado. A instalação das estruturas deve levar 48 meses e gerar mais 400 empregos diretos e indiretos. O começo da obra ainda é incerto, porque a empresa busca a liberação da área ocupada irregularmente nos últimos anos.

Suspensão de prazos

O governador Jorginho Mello (PL) acolheu pleito da presidente da OAB/SC, Cláudia Prudêncio, e assinou projeto de lei que suspende anualmente prazos, audiências e sessões de julgamento nos processos administrativos na administração pública estadual, no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro. O PL irá para a Assembleia Legislativa em regime de urgência e segue o Código de Processo Civil (CPC), que já prevê a suspensão de prazos processuais nesse período no âmbito do Judiciário. O objetivo é oferecer recesso anual à advocacia, que atua com prazos legais diferenciados, com necessidade de acompanhamento diário.

Casan

Na próxima semana, o presidente da Casan, Edson Moritz, irá à Alesc prestar esclarecimentos sobre o rompimento do reservatório em Florianópolis. À Coluna, a Casan informou que já antecipou R$ 2 milhões de indenização parcial para 179 de 220 famílias desde o dia nove deste mês. Pelo levantamento, são 94 carros danificados, 193 danos em bens móveis, 64 bens imóveis e 22 lucros cessantes. Sete imóveis já foram demolidos, outros 22 foram inspecionados e estão em processo de orçamento de engenharia. Moradores que estão hospedados em hotéis seguirão sendo acomodados pela Companhia até que seja estipulada a indenização ou providenciado aluguel social. Dos 94 carros, foram efetivadas 30 indenizações totalizando R$ 638 mil. Em relação ao auxílio emergencial, a Casan acionou seu departamento jurídico e órgãos de controle para avaliar a legalidade do atendimento solicitado pela Defensoria Pública do Estado.



Integração Editorial
Associação dos Diários do Interior SANTA CATARINA
APJ SC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina
Produção e edição: *ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes.*
Contato peloestado@gmail.com
Diagramação: *Celina Sales*

Uniuv COLTEC www.uniuv.edu.br

ECONOMIA

PRODUTORES DE LEITE ESTÃO PASSANDO POR UMA CRISE, ALEGA PEDRO IVO ILKIV

Segundo o produtor, importação desenfreada tem causado problemas para produtores nacionais

Por Ivana Caroline Porn
Com informações Gov.br

A conta da produção de leite não está fechando, é o que afirma o empresário e produtor **Pedro Ivo Ilkiv**. Segundo o ex-prefeito de **União da Vitória**, o período de entressafra, a baixa no preço do produto e o aumento da importação têm prejudicado aqueles que vivem da pecuária leiteira no **Brasil**.

O volume de importação de produtos lácteos, até agosto deste ano, já é 9,26% maior que o total registrado em 2022, de acordo com o **Agrostat**, do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** (Mapa). Segundo **Pedro Ivo**, a disparada na importação se deve pela flexibilização nas normas para importação. *"Até 2014 o Brasil tinha uma cota de importação. Era 3% sobre o volume que ele [o país] produzia. Até 2014 isso veio permitindo com que a cadeia produtiva do Brasil, do leite, crescesse. Nós chegamos a [produzir] 35 bilhões de litros. Agora nós estamos, no ano passado, com 23,8 bilhões. Já diminuiu 12 bilhões, porque toda hora está saindo produtor. Quando terminou o sistema de cotas, em 2014, bagunçou. As indústrias, elas vão no Ministério da Indústria e Comércio, pedem uma guia de importação e vão lá no Uruguai e na Argentina e compram o leite mais barato. Elas não têm preocupação se esse leite é produzido no Mercosul ou não"*.

A importação do leite é necessária pois o país produz menos do que consome. Por outro lado, **Pedro Ivo** aponta que a concorrência com países do **Mercado Comum do Sul** (Mercosul), sobretudo com a **Argentina**, acaba sendo desleal por conta da diferença de condições para a produção de leite. *"A Argentina tem os melhores solos. Os solos não precisam de corretivo, de calcário, de adubo. Alfafa é um pasto quase nativo e as vacas ganham um pouquinho só de fubá de milho na sala de ordenha. E você vê plantéis de 10, 15 mil vacas. Sala de ordenha com 500, 600 animais, e basicamente [tratados] à pasto. Então é o leite mais barato do mundo. Não é a nossa realidade. Nós temos um solo ácido, problemas de um país tropical. Tem um momento que tem, outro não tem pastagem. Enfim, o leite deveria ter ficado fora [do tratado] como ficou o açúcar em relação à Argentina. A Argentina produz açúcar de beterraba e aí eles disseram 'não queremos açúcar do Brasil' e ficou fora. E nós não nos mexemos, não nos organizamos para deixar o leite fora, porque a concorrência tem que ser entre os iguais. Entre os iguais é uma concorrência justa. Nós não somos iguais"*, comenta.

Taxa antidumping e preocupação com a qualidade do leite

A importação também pode ser um problema quando os preços do produto brasileiro deixam de ser competitivos frente àqueles vindos do exterior. O dumping é uma prática em que um país vende seu produto para fora por um preço muito abaixo do praticado em seu mercado. Tal situação pode acontecer quando um país deseja desovar seu produto. Segundo **Pedro Ivo**, em 2019 a norma antidumping, que protegia o mercado brasileiro, foi revogada, o que incentivou a prática. *"O leite que é exportado fica em torno de 6,8 dólares. O leite que é importado está vindo a 3,6 dólares. Então é extremamente baixo, fora da realidade global. Por isso que nós estamos pedindo uma taxa antidumping"*.

Outro problema é a garantia de qualidade do produto importado. **Pedro Ivo** destaca que o **Brasil** não possui um sistema de rastreamento capaz de atestar que o leite vindo de fora possui condições sanitárias próprias para o consumo. *"O mundo inteiro protege muito o leite. A Europa tem um leite muito barato. Também a Nova Zelândia, o Canadá. E esses estoques globais, quando tem qualquer estremecida na economia global, eles sobram e precisam ser desovados. E muitos desses estoques são desovados via Argentina e Uruguai. E o Brasil não tem essa cultura, essa prática de fazer um rastreamento disso. Nos países desenvolvidos não entra nada no seu país sem ver se há rastreabilidade, qual é a origem, quem produziu, onde produziu, com que condições sanitárias, qual a qualidade do leite. E no Brasil não tem isso. Então o empresário aprendeu, por exemplo, que vai lá, pega as guias de importação e compra o mais barato, chega aqui no Brasil e faz de tudo e mais um pouco"*.

Segundo **Pedro Ivo**, outros países utilizam um protocolo global que garante a rastreabilidade do leite, mostrando informações importantes sobre o produto. *"É como se fosse um código de barras. Tem um número lá que significa onde que foi produzido, tem outro número que diz quem são os produtores que produziram, um outro número fala da questão sanitária dos animais, o outro fala da questão da qualidade do leite. Esse selo não pode ser emitido por qualquer empresa. É por um órgão que tenha fé pública, que seja da área pública. O país de origem tem que dar esse selo e nós temos que exigir. Por que o leite vem de lá e entra por aqui? Porque no Mercosul foi tratado que Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai não têm imposto na questão do leite, então se joga por lá para entrar aqui, fazer uma triangulação. Nós temos que ser espertos nisso, porque o liberalismo é muito bonito na sua fala, mas ela tem que ter duas vias. Uma que é a liberdade para o pessoal vender aqui, mas a outra também é garantir de que esse produto que está vindo não vai concorrer de forma desleal, que é o caso, num caso de uma desova global que tem que tem indícios fortes que está acontecendo"*.

Pedro Ivo destaca, ainda, a questão do leite em pó. Segundo ele, um quilo de leite em pó, quando reidratado, rende cerca de 10 caixas de leite líquido. A questão é que a prática é proibida no **Brasil**, mas não existem meios de se comprovar que um leite foi, de fato, reidratado. Dessa forma, empresários podem se aproveitar dessa fragilidade para importar o leite em pó mais barato para vender um leite líquido abaixo do preço de mercado. Por isso, **Pedro Ivo** aponta que seria importante criar uma norma que especificasse quais as características de um leite reidratado. *"Nós pegamos algumas caixinhas que tem suspeitos por partículas sólidas dentro, e fomos analisar em laboratórios, por exemplo, na Tecpar, um laboratório público aqui do Paraná. Eles disseram: olha, nós não temos como analisar porque nós precisamos que alguém diga o que nós temos que procurar dentro desse leite para saber que ele é um leite reidratado. O Ministério da Agricultura não tem isso ainda, vai ter que criar isso para ter um. Tem do leite A, B, C, do UHT de caixinha, mas não tem do leite reidratado. Há uma suspeita que ele é um leite que tem uma proteína mais fraca, porque ele passa por um calor para secar e depois ele é reidratado de volta. Mas a indústria, nem todas, mas algumas indústrias se especializaram nisso de buscar [fora]. Por exemplo, tem uma empresa em São Paulo que dilui 300 mil litros por dia de leite para fazer*

Reprodução/Internet



iogurte. Eles fazem iogurte com uma máquina que foi comprada na China. Essa máquina injeta ar dentro do leite e você come e come aquele iogurte e nunca sacia. É muito vendido na classe C e D. Desses 300 mil litros que ele faz diariamente, nenhum litro é coletado dos nossos produtores. Vão buscar lá no Uruguai através da importação que faz e pega o mais barato, provavelmente, que está lá. Então tem muitas coisas em jogo nessa discussão toda. O Brasil nunca teve uma tradição de querer saber a rastreabilidade".

O produtor lembra, ainda, que a comercialização do leite fruto de desova influencia no preço praticado no **Brasil**. Por se tratar de um produto vendido quando há necessidade de eliminar estoques, o fornecimento do leite proveniente de desova não é regular. Dessa forma, existem momentos em que há grande oferta, em outros, a demanda é superior. *"Ano passado, no mês de junho, o leite estourou, foi para quase R$ 9,00 na área de venda. Todo mundo falava da inflação do leite. O produtor chegou a receber R$ 4,00 o litro. O que aconteceu naquele momento? Quando você tem produto fruto de desova, que é para não perder, esse produto ele tem uma característica, ele não tem constância no seu fornecimento. Então uma hora tem, uma hora não. Naquele momento não veio leite de fora, que era esse fruto de desova. E como nós não temos leite para atender a nossa demanda interna, o preço foi lá para cima. Então essa realidade de junho do ano passado é a mesma realidade no que se refere à situação do volume de leite que o Brasil produz e tudo mais. Ocorre que depois voltou essas desovas, que são gigantescas, e vem abarrotando como se fosse leite do Mercosul, do Uruguai e da Argentina. (...) Como depois normalizou esses estoques de desova, aconteceu que chegou nisso que chegou hoje. Começou a abarrotar o mercado e hoje o produtor percebe que o seu custo de produção está em torno de R$ 2,40 e está recebendo R$ 1,80, R$ 2,00. Quanto menor o produtor, menos recebe".*

Reivindicações do setor

Justamente pela crise gerada pela falta de leite no ano passado, o governo federal havia, na época, baixado algumas taxas de importação para incentivar o setor. O imposto de importação de produtos lácteos passou de 18% para 12% o que, segundo **Pedro Ivo**, aumentou a disparidade no potencial de competição entre o produto nacional e o importado. A taxa, contudo, voltou ao patamar de 18% em 15 de agosto. Mas a medida, na visão do produtor, ainda não é suficiente, e que o ideal seria o retorno da cota de importação limitando a 3% do volume produzido no país. *"Nós precisamos voltar ao sistema de cotas. (...) Nós, que somos produtores, entendemos que nós não podemos comprar aquilo que nós não precisamos. Não há necessidade de comprar. O que nós precisamos comprar? Precisamos comprar 3%, que é o ponto de equilíbrio, que não fica caro para o consumidor. Por que nós não queremos um leite a R$ 9,00 para o consumidor. E também não queremos um produtor recebendo R$ 1,80. Então 3% é o ponto de equilíbrio, que não ficaria caro para o consumidor e o leite, e o produtor ficaria num preço aí na faixa de R$ 3,00 o litro do leite. Então essa é a nossa luta".*

Segundo **Pedro Ivo**, produtores estão se organizando para formar uma união nacional dos produtores de leite para que possam, em conjunto, explanar suas demandas para o **Mapa** e para o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria**, **Comércio e Serviços** (MDIC). **Pedro Ivo** e demais produtores inclusive já participaram de reuniões em **Brasília**, uma delas com o vice-presidente e ministro do **MDIC**, **Geraldo Alckmin**. Outras reuniões já estão agendadas. *"Estamos aproveitando essa crise, para começar a disciplinar, montar um Instituto Nacional do Leite, porque tem várias entidades e inteligências no setor de leite, mas que estão tudo por um lado, tem que centralizar tudo no Instituto Nacional do Leite, nos moldes que o Uruguai fez, e ter uma única fala, uma única discussão a partir desse instituto. E pensar nessas alternativas, tanto para as crises como essa, que é uma crise artificial, porque não tem produção suficiente, como também poderíamos ter uma crise de ter muito produto, e não tem para quem vender. Então algumas propostas estão sendo encaminhadas, aproveitando esse momento da crise, para nós podermos arrumar isso para frente",* comenta **Pedro Ivo**.

De acordo com o produtor, uma das reivindicações será uma pausa imediata de 60 dias nas importações, para enxugar o mercado e, após, retornar a cota de 3%. *"A questão financeira não fecha as contas. O pessoal não tem como pagar os custos. Eu diria para a população que o importante é tentar descobrir, priorizar o leite nacional. Se puder fazer isso e se orientar nesse sentido. E os agricultores que nos ajudem a continuar aumentando esse grupo. É só fazer contato. Meu celular que é o (42) 99975-3020. Eu estou coordenando esse movimento a nível nacional. Já tivemos paralisações, temos isso para forçar uma agenda mais rápido lá em Brasília. Tivemos reuniões com deputados, com líder do governo. Tem muita gente trabalhando nesse setor para ver se a gente consegue dar conta o mais rápido possível, porque persistindo essa realidade vai ficar poucos produtores. Já caímos a nossa produção de 2014 para cá. Hoje é 12 bilhões de litros a menos e, se não arrumar isso, é o fim dos produtores nacionais".*

Incentivo ao setor do leite

Na terça-feira, 19, **Alckmin** reuniu ministros para criar um grupo de trabalho interministerial para definir medidas de incentivo e ações estruturantes para o setor. Farão parte do grupo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda; Ministério da Educação, Ministério da Saúde; Casa Civil; Ministério da Justiça; BNDES; a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre outros.

"A produção do leite é hoje o setor mais importante da agricultura familiar. É fundamental que o governo se debruce em medidas estruturantes para fortalecer a produção leiteira, aumentar a produtividade da cadeia, a renda dos produtores e manter essa importante atividade para o país", afirmou **Alckmin**.

O Grupo interministerial terá como uma das missões o estabelecimento de uma política de subvenção temporária para o leite; além de uma linha de crédito para o fortalecimento de cooperativas do setor.

Em agosto, também em uma tentativa de incentivar o setor, o ministro do **MAPA**, **Carlos Fávaro**, anunciou que o governo federal comprará leite em pó de produtores brasileiros a preço de varejo para socorrer os produtores que estão sofrendo com a concorrência do **Mercosul**.





ÓTIMA LOJA (42) 3522-2042

OPINIÃO

CONSERVADORISMO FORTE, MAS BOLSONARISMO EM RISCO

Por Walber Guimarães Junior

O explosivo julgamento que o STF promove atualmente dos réus do 8 de janeiro pode ter muitos condenados, mas parece cada vez mais cristalino que a vítima maior não está presente; Jair Bolsonaro pode estar vivendo seu epílogo político, embora o movimento que representa, o conservadorismo, não será afetado por nenhuma das sentenças a serem proferidas.

O primeiro turno de 2022 já apontou para uma vitória contundente da direita, com a eleição de um expressivo número de representantes, maioria do Congresso se consideramos a régua desde o centro até a ponta direita.

Os números finais, com a vitória de Lula, podem ser atribuídos com maior intensidade aos excessos verbais de Jair, origem maior de sua rejeição, que conseguiu superar a do adversário, condenado e descondensado com inúmeras acusações de corrupção.

A verdade é que o conservadorismo conseguiu se mostrar maior que qualquer outro movimento político brasileiro, mas foi incapaz de enfrentar a verborragia de seu candidato, todavia não parece que será afetado por nenhuma das questões controversas que atingem Jair Bolsonaro.

As razões transcendem os aspectos políticos e se justificam muito mais pela pauta de costumes, ressalvados alguns excessos, que alinham a maioria dos brasileiros, desde pequenas questões se estendendo as extensas discussões sobre aborto ou drogas, para citar as pautas mais relevantes.

Não se trata de desprezar o capital político de Jair, que disputa com o presidente o título de maior eleitor nacional, ambos, seguramente, oscilando em torno de 15% do eleitorado, mas de perceber que nenhum deles tem capilaridade para atingir maioria absoluta sem composições ou discursos que conquistem a fatia central, ou não identificada, do eleitorado. Todavia, Bolsonaro perde a essência de seus discursos com os fatos já elucidados e a delação de Mauro Cid, em curso, e outras prováveis que se seguirão e, sem a necessária coerência, independentemente de sua condenação, não terá fôlego para novas disputas presidenciais.

Todos sabem que vácuo não se sustenta em política e, desde já, alguns nomes já se credenciam para assumir a liderança deste movimento. Tarcisio, Zema, Ratinho e Eduardo Leite, talvez nesta ordem, largam nesta disputa que, se produzir um único vitorioso, terá tamanho suficiente para enfrentar Lula em 2026.

A fragmentação pode dificultar estas projeções embora o primeiro tempo das eleições possam produzir o resultado que não saia dos bastidores da política.

Lógico que é uma leitura ainda muito distante dos fatos e que pode evoluir para outros caminhos, mas algumas conclusões podem ser assumidas desde já; apenas o bolsonarismo está sendo julgado e pode ser sepultado, o conservadorismo segue forte à procura de lideranças mais preparados para o debate político.

Julgo que esta definição pode ser de muita relevância na cena política nacional porque podemos estar evoluindo das anacrônicas disputas personalistas para um intenso debate ideológico, se possível recheado de planos e ideias. Talvez seja desejar muito, mas, esteja certo, podemos estar assistindo o início de um novo ciclo, muito mais estimulante, da política brasileira.

Reprodução





[PeloEstado] ENTREVISTA

"A reforma proposta não envolve qualquer redução na carga tributária e busca redistribuir as cobranças"

Henrique Franceschetto, advogado tributarista

O relator da Reforma Tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), divulgou na última semana a possível agenda para a tramitação do projeto na Casa. A apresentação do relatório na Comissão de Constituição e Justiça será dia 4 de outubro e o prazo inicial para a entrega do parecer será 27 de setembro. Com isso, o texto da proposta será apreciado na comissão no dia 18 de outubro. O plano da equipe econômica é ter a reforma promulgada ainda este ano.

Contudo, há tempos o projeto vem sendo alvo de muitas críticas por parte dos representantes de Estado, advogados e economistas Jorginho Mello (PL) e demais governadores dos estados do Sul e Sudeste estão mobilizados para tentar uma mudança no texto que, de acordo com eles, prejudicará muito a arrecadação dos estados e a autonomia dos municípios. Mesmo representando 60% da população e 70% do PIB nacional, os sete Estados não tiveram nenhum pedido integralmente atendido nesta reforma.

A Reforma da PEC 45/2019 é focada nos tributos que incidem sobre o consumo (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI) e não pretende reduzir a cobrança e apenas simplificar a forma de apurar e pagar tributos no país. Para o advogado tributarista Henrique Franceschetto, o aumento da carga tributária para empresas de T.I – que pode ultrapassar 340%, segundo especialistas – não visa aumentar a arrecadação total do governo, mas redistribuir as cobranças. Em conversa com a Coluna Pelo Estado, ele pontua que a reforma não deve ser feita "às pressas", mas com ampla discussão com os setores.

Confira:

Foto: Assessoria de comunicação



"Me parece improvável que o projeto de Reforma Tributária Federal não seja aprovado"

Pelo Estado - A Reforma Tributária, da forma como foi aprovada, causará um grande impacto em todo o país. É possível traçar um panorama dos pontos mais críticos desta Reforma?

Henrique Franceschetto - Sim, já é possível antever os pontos mais críticos desta Reforma, ainda que por enquanto tenhamos em mãos apenas as alterações propostas para o texto da Constituição (no futuro ainda precisaremos debater as Leis Complementares, Ordinárias, Regulamentos, Decretos, Instruções Normativas, etc). A meu ver, o mais grave está no impacto sobre o setor de serviços, uma vez que a Reforma proposta não envolve qualquer redução na carga tributária e busca redistribuir as cobranças, a tendência seria uma possível redução na carga sobre as indústrias e um aumento expressivo na carga tributária do setor de serviços. A redução para as indústrias não está sendo visualizada, mas o aumento para os serviços sim, em alguns casos inclusive vemos simulações envolvendo aumentos de mais de 600% nos impostos pagos pelo setor. Todas as economias mais desenvolvidas do mundo têm no setor de serviços o principal componente do PIB e este também é, geralmente, o setor que mais gera empregos, por isso, entendo que este impacto seja tão preocupante. Outro ponto bastante crítico é a criação do Conselho Federativo e a retirada da autonomia dos Estados e Municípios em inúmeros aspectos relacionados à sua competência tributária. Me parece grave que a Reforma proposta impacte de forma tão severa a nossa Federação. Como sempre se diz: "ninguém mora no Brasil, as pessoas moram nos municípios" e por isso retirar a possibilidade de que estes adaptem a sua carga tributária às suas realidades e interesses locais é muito grave.

PE - E quais setores seriam mais prejudicados, levando em conta as principais atividades exercidas no Estado?

HF - O Estado de Santa Catarina possui uma economia bastante voltada para a tecnologia e para o turismo, especialmente no litoral e na serra. Como ambos os setores são relacionados à prestação de serviços e estas atividades são as que serão mais prejudicadas com a Reforma, entendo que estes seriam os setores que mais podem sofrer caso a proposta seja aprovada com o texto atual.

PE - Na sua opinião, quais mudanças seriam necessárias no texto do projeto?

HF - Em minha opinião, o texto do projeto poderia ser aprimorado no que se refere à garantia da autonomia de Estados e Municípios e também com medidas para mitigar o aumento expressivo da carga tributária sobre o setor de serviços. Existem inúmeros outros aspectos que eu poderia trazer aqui, mas estes são os principais. Em um mundo ideal, confesso que eu preferiria que a Reforma Tributária fosse reiniciada, dado que não me parece que a PEC 45/2019 seja a nossa melhor opção. A ideia de reformar sempre nos parece positiva, especialmente diante de um sistema tributário que é evidentemente ruim e excessivamente complexo. Por outro lado não se pode fazer qualquer reforma apenas a pretexto de utilizar-se de suposto êxito em tal iniciativa para fins políticos. Há uma reflexão importante que diz: "tributo bom é tributo velho". Isto é verdade, dado que tributos novos ou recém criados geram novos debates, litígios, novas manobras de sonegação, novos impactos não previstos, etc. Seria possível fazer uma Reforma Tributária no Brasil sem alterar o texto constitucional e a matriz principal dos tributos já existentes, alterando-se apenas a legislação infraconstitucional. Um exemplo de projeto neste sentido é o chamado "Simplifica Já".

PE - O Governo de Santa Catarina está buscando, junto com outros estados, propor algumas mudanças, já que os estados do Sul e Sudeste teriam uma queda drástica na arrecadação com o novo sistema. Como você vê as propostas apresentadas pelo Governador Jorginho Mello?

HF - Vejo com bons olhos tais propostas e a iniciativa. De um ponto de vista realista e pragmático, me parece extremamente improvável que o projeto de Reforma Tributária atualmente em análise no Senado Federal não seja aprovado. É que existe um capital político muito relevante para ser coletado pelo governo como um todo ao dizer que "fez a Reforma que tantos tentaram e não conseguiram". A partir disso me parece essencial que os Governadores e Prefeitos se mobilizem para que possamos chegar a um texto minimamente tragável. É fato público e notório que a Reforma foi aprovada na Câmara dos Deputados sem a devida análise sobre seu texto, com alterações sendo acrescentadas até os últimos minutos. O Senado se propõe a debater o assunto de forma mais aprofundada e técnica e por isso é tão importante que os Entes Federados (Estados e Municípios) façam bom uso desta oportunidade.

Integração Editorial
Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA
APJ SC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina
/peloestado peloestado.com.br
Produção e edição: *ADI/SC - Jornalista Celina Sales*
com colaboração de Cláudia Carpes.
Contato peloestado@gmail.com
Diagramação: *Celina Sales*

SUPERMERCADO REVIWER (42) 3522-5875



Coluna Social por Ana Cabral Sitamar Brittes

Radar

@jornalocomercio



Rede Feminina de Combate ao Câncer – Casa Bebel iniciou recentemente as atividades já pensando no Outubro Rosa, evento desenvolvido todos os anos com foco na saúde preventiva do público feminino. No sábado, 16, começou oficialmente a venda de camisetas alusivas ao mês mais rosa do ano. Atualmente são 376 pacientes assistidos pela casa nos dois municípios – União da Vitória e Porto União, sem contar os que recebem o carinho na Unidade Oncológica.



A quinta-feira, 21, foi de animação no **Grupo Verde Vale de Comunicação** com a comemoração do aniversário do **Rafael Cecchin**. Ele integra o time da **Girafa Comunicação Interativa**. Parabéns!



No domingo, 17, reuniram-se filhos, netos e bisnetos em comemoração ao aniversário de 79 anos de **Iraci Silva**, a dona **Tica**. Parabéns!



O dia 21, também foi dia de celebrar a vida da nossa querida colunista do **O Comércio**, **Sitamar Brittes Dalmas**. Querida por todos nós, **Sita**, como é carinhosamente chamada, é exemplo de dedicação e preservação do nosso jornal. Parabéns!





O **Paraná** conheceu na sexta-feira, 15, os melhores trabalhos jornalísticos sobre empreendedorismo em uma cerimônia de premiação. O **10º Prêmio Sebrae de Jornalismo – Etapa Paraná** apresentou os vencedores das categorias de Jornalismo em Áudio, Texto, Vídeo e Fotojornalismo. Representando o **Portal Vvale** estiveram as colegas **Wannessa Stenzel** e **Gabrielly Cesco**. O trabalho ***"O Rei da Sucata"*** obteve a terceira colocação. Sucesso!

SUPREMA #MAIS QUE PIZZARIA 3522-0334

UNC ESTÁ ENTRE AS UNIVERSIDADES HOMOLOGADAS PELO UNIVERSIDADE GRATUITA; CONFIRA A LISTA

Expectativa do Governo do Estado é iniciar o período de inscrição dos estudantes até o final do mês de setembro

Agência Catarinense de Notícias

Todas as etapas burocráticas para a efetivação do Programa Universidade Gratuita foram concluídas pela Secretaria de Estado da Educação. Nesta semana ocorreu a homologação das instituições aptas a participarem do programa criado pelo Governo do Estado e que vai garantir o acesso ao ensino superior de estudantes de baixa renda de Santa Catarina.

A próxima etapa é a de inscrição dos estudantes. Preferencialmente, ser do ensino médio ou equivalente de escolas das redes públicas de ensino catarinense ou de instituições privadas, com bolsa integral ou parcial. A classificação e seleção dos interessados, regularmente matriculados em cursos de graduação, será realizada pela Comissão de Seleção instituída no âmbito da instituição universitária, em ordem decrescente de acordo com o Índice de Carência (IC), garantindo o valor integral da mensalidade.

A expectativa do Governo do Estado é iniciar o período de inscrição dos estudantes até o final do mês de setembro. Segundo o secretário de Estado da Educação, Aristides Cimadon, a previsão é realizar o pagamento das bolsas ainda em outubro com o retroativo.

"O aluno vai fazer a inscrição normalmente pela internet e entregar a documentação na instituição de interesse. Daí o estudante se inscreve seguindo todas as orientações e nós teremos 30 dias para fazer a classificação desses estudantes. A nossa ideia é que até o final de outubro a gente tenha feito a seleção de todos os estudantes que se inscreveram no programa", destacou o secretário Cimadon.

Sobre o Universidade Gratuita

O Projeto Universidade Gratuita irá democratizar o acesso ao ensino superior no Estado, contribuindo para o desenvolvimento regional. O objetivo é oferecer mais de 70 mil vagas gratuitas em nível de graduação aos estudantes catarinenses nas universidades comunitárias da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe).

Em 2026, quando estiver totalmente implementado, o programa receberá investimentos de até R$ 1,2 bilhão e atenderá mais de 70 mil alunos. Abaixo, você tira suas principais dúvidas sobre o Universidade Gratuita.

Como funciona o sistema escalonado de vagas?

O objetivo é oferecer mais de 70 mil vagas gratuitas em nível de graduação aos estudantes catarinenses nas instituições da Acafe em 2026. Em 2023, serão até 28,5 mil estudantes custeados pelo Estado; Até 42.750 em 2024; até 57 mil em 2025 e até 71.250 em 2026.

Por que não é bolsa de estudos?

O objetivo do Universidade Gratuita é oferecer graduação sem custos, totalmente gratuita. Para receber a gratuidade de ensino, os estudantes não precisam de um financiamento nem de um avalista. O retorno dos estudantes para a sociedade se dará por meio de trabalhos comunitários durante ou após a graduação.

Quais são as regras para participar?

Para se candidatar ao programa, o estudante precisa atender aos seguintes critérios:

Ser natural do Estado ou residir nele há mais de cinco anos, contados retroativamente a partir da data de ingresso nas instituições universitárias; estudantes já beneficiados por bolsas não serão prejudicados, pois haverá uma regra de transição para o segundo semestre de 2023.

Ser hipossuficiente, segundo o Índice de Carência, observados os seguintes critérios, além de outros a serem definidos em decreto do Governador do Estado:

a) renda familiar per capita mensal;

b) situação de desemprego do aluno e/ou responsável legal;

c) gastos familiares mensais com habitação e educação; e

d) gastos familiares mensais com tratamento de doença crônica;

Estar cursando a primeira graduação com recursos públicos estaduais, desconsiderados para esse fim os cursos de licenciatura curta;

Preferencialmente, ser oriundo do ensino médio ou equivalente de escolas das redes públicas de ensino catarinenses ou de instituições privadas, com bolsa integral ou parcial;

Possuir renda familiar per capita inferior a:

a) 8 (oito) salários mínimos nacionais, no caso dos estudantes matriculados no curso de Medicina;

ou b) 4 (quatro) salários mínimos nacionais, no caso dos estudantes matriculados nos demais cursos.

Como será a classificação dos candidatos?

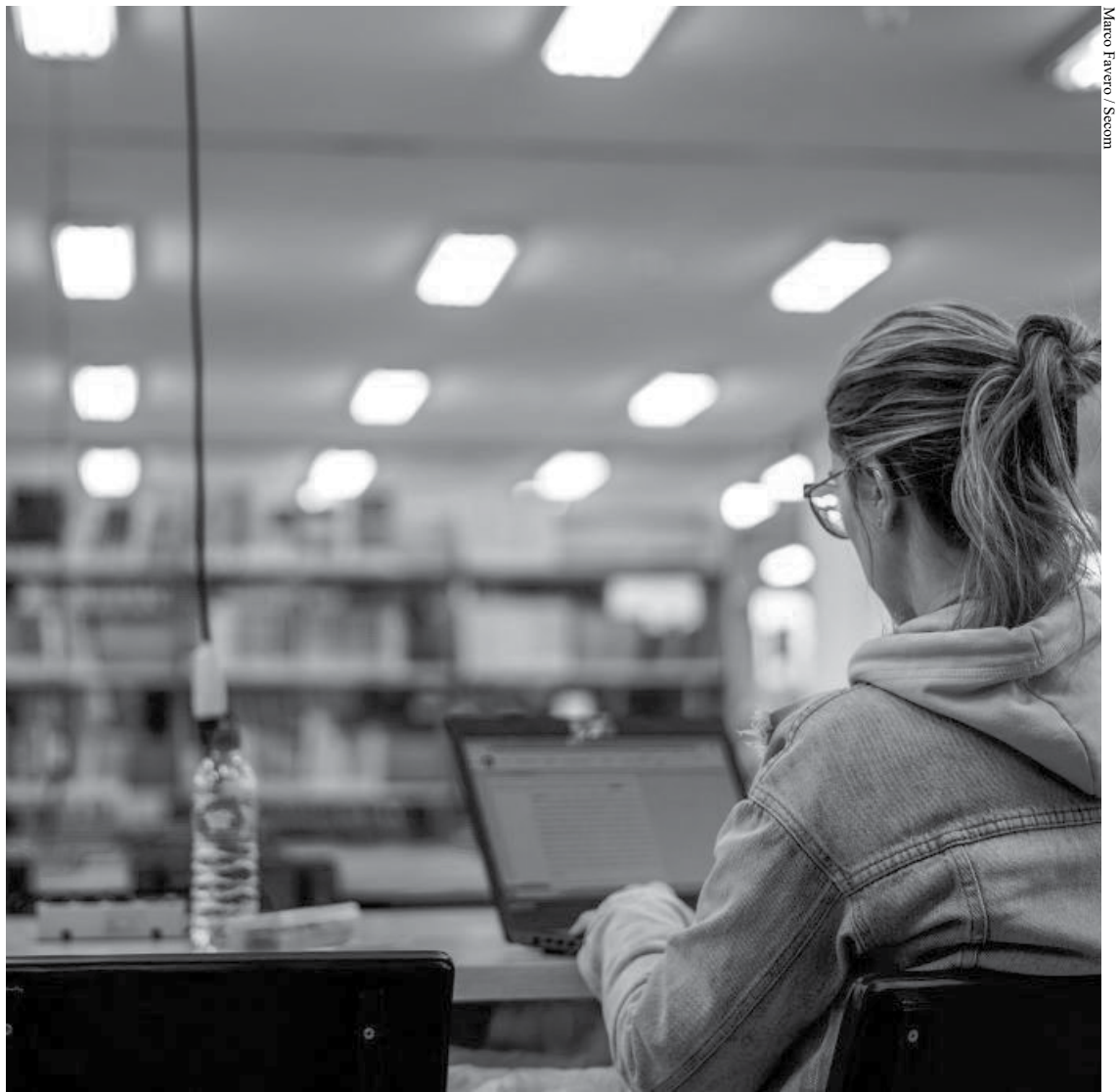
A classificação dos candidatos será pelo percentual de comprometimento da renda bruta familiar com o valor da mensalidade. A preferência será daqueles que tiverem o maior percentual de sua renda bruta familiar comprometida pela mensalidade do curso.

Quais são as contrapartidas dos estudantes beneficiados?

A contrapartida dos estudantes será dada durante ou após a conclusão da graduação, em prestação de serviços em favor da população na região em que cursa a graduação por 20 horas a cada mês de benefício recebido. Os estudantes beneficiados precisarão atuar em sua área de formação, caso isso não aconteça, o valor investido pelo Estado deverá ser devolvido pelo aluno aos cofres públicos.

Confira as instituições homologadas para o Programa Universidade Gratuita:

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE
CENTRO UNIVERSITÁRIO SATC
INSTITUTO SUPERIOR E CENTRO EDUCACIONAL LUTERANO BOM JESUS IELUSC
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JARAGUÁ DO SUL E EM JOINVILLE
UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI
CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



Marco Favero / Secom

JUSTIÇA

MUTIRÃO "CONCILIA PARANÁ" ACONTECE PELA PRIMEIRA VEZ EM UNIÃO DA VITÓRIA

Propósito é facilitar a resolução de demandas de forma consensual

Da Redação com Assessoria

A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), em parceria com a Prefeitura Municipal de União da Vitória, realiza nesta sexta-feira, 22, no Ginásio Municipal de Esportes Isael Pastuch, o mutirão "Concilia Paraná". O propósito é facilitar a resolução de demandas de forma consensual.

"É um projeto da Defensoria Pública que vem sendo aplicado em todo o estado, principalmente em cidades em que a Defensoria Pública ainda não está instalada. Em cidades em que a Defensoria Pública já está instalada, como União da Vitória, mas que tem uma alta demanda no âmbito do direito de família, nós fazemos uma análise de caso e identificamos a possibilidade de fazer o evento", explica o defensor público Fabiano Augusto Malaghini.

O evento oferece orientação jurídica gratuita para resolver demandas como divórcio, guarda, pensão alimentícia, partilha de bens, visitação e outros assuntos similares. Para ser atendido, é necessário levar documentos pertinentes ao caso e documentos pessoais, como CPF, RG, certidão de casamento, certidão de nascimento dos filhos e documentos relacionados aos bens que devem ser partilhados, por exemplo.

"O propósito em si desse mutirão é facilitar a resolução de demandas consensuais. A Defensoria Pública tem por objetivo a resolução extrajudicial de conflitos e de demandas seja do âmbito do direito de família, do direito civil e em outras áreas do direito. Nós identificamos que existem muitas situações em que há consenso entre as partes, mas que por situações alheias, por vulnerabilidades ou outro motivo, isso não é levado à frente. Nesse momento nós vamos trabalhar para que nessas situações em que há a consensualidade nós consigamos formalizar a manifestação de vontade das partes. É feito o acordo, o acordo é levado para homologação judicial após manifestação do Ministério Público se for o caso e aí as pessoas conseguem resolver os seus conflitos", comenta Fabiano.

No dia também haverá a oferta gratuita de exame de DNA para o reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade de um filho ou filha. O cadastro e a coleta de material genético para iniciar o processo de reconhecimento acontecem na hora. "A Defensoria Pública tem firmado parceria com diversos laboratórios aqui no âmbito do estado, em várias cidades, e em União da Vitória não foi diferente. Caso haja o interesse de reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade nós disponibilizaremos um local, um profissional da área da saúde para fazer a coleta do material genético. A coleta é feita gratuitamente no local e depois o material é levado ao laboratório sem custo nenhum para que seja feito o exame. Depois a própria Defensoria Pública comunicará às partes acerca do resultado. A depender do resultado, se for necessário uma rediscussão sobre algumas questões, por exemplo 'olha, identificamos uma paternidade, nós queremos conversar sobre o pagamento de pensão' ou outra situação, aí nós podemos conversar num segundo momento e verbalizar se existe uma consensualidade ou não", aponta o defensor público.

O mutirão "Concilia Paraná" em União da Vitória vai contar, ainda, com atendimento para pessoas com deficiência auditiva, com tradução simultânea da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o português e vice-versa, uma vez que a Defensoria Pública oferece este serviço em todos os seus atendimentos. Além disso, caso uma das partes não resida mais em União da Vitória, será possível o atendimento por vídeo chamada.

É importante destacar que o "Concilia Paraná" atende apenas casos com possibilidade de resolução amigável: todas as pessoas envolvidas precisam estar de acordo. Os atendimentos oferecidos no dia são gratuitos, como todos os serviços da DPE-PR.

Serviço

Mutirão "Concilia Paraná" em União da Vitória

Data: 22 de setembro (sexta-feira)

Horário: das 9h às 16h

Local: Ginásio Municipal de Esportes Isael Pastuch – Rua Cel. Amazonas, 435 – Bairro Navegantes.

Documentos necessários: RG, CPF e comprovante de residência de todas as partes envolvidas.

Os demais documentos irão depender do caso. Veja exemplos:

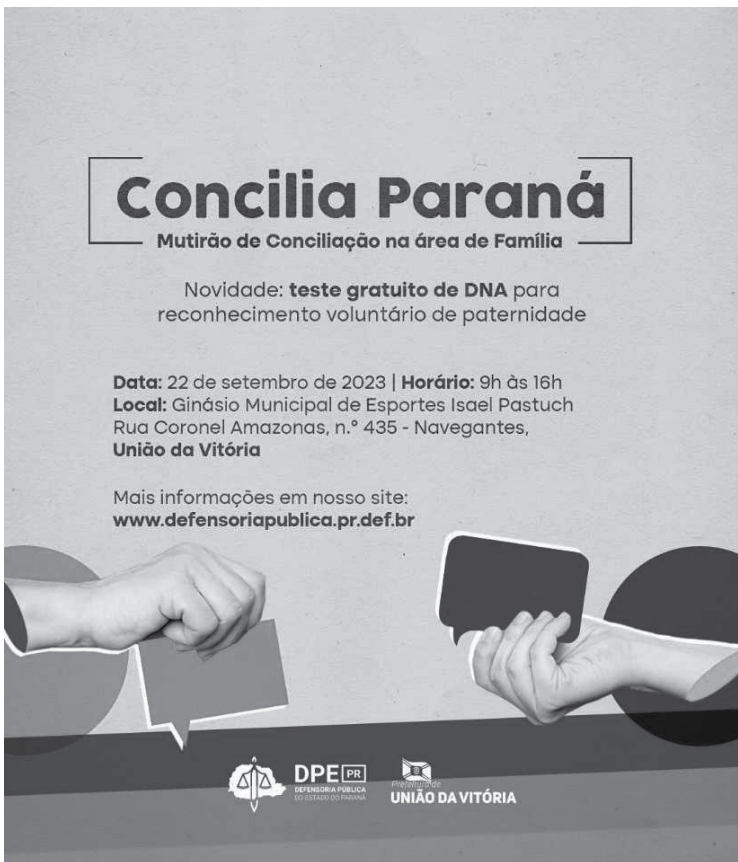
-Se você deseja se divorciar, leve consigo a certidão de casamento.

-Se deseja fazer a divisão de bens e imóveis, leve a documentação relativa a esses bens e imóveis (carro, moto, matrícula do imóvel etc.).

-Caso possua filhos menores de 18 anos e deseje regulamentar guarda, pensão e visitas, leve a certidão de nascimento de todos os filhos.

-Se deseja fazer o cadastro para o exame gratuito de DNA, leve os documentos pessoais da criança (RG, CPF e certidão de nascimento) e de todas as pessoas interessadas (RG, CPF, comprovante de endereço e de renda)

-Para outros casos, mesmo que você não tenha os documentos em mãos, não se preocupe: você será atendido(a) e informado(a) sobre a documentação que deve providenciar posteriormente.



SISTEMA FAEP
SENAR PARANÁ
FAEP FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ
SINDICATO RURAL

Tecnologia e juventude em campo

Os alunos dos 23 Colégios Agrícolas do Paraná estão vivendo uma nova rotina nas últimas semanas, com mais tecnologia e os olhos voltados para o futuro. Desde agosto, quando o SENAR-PR firmou convênio com o governo do Estado, que essas instituições de ensino estão em sintonia com a vanguarda da agropecuária mundial.

Drones, simuladores de máquinas agrícolas e outros equipamentos de última geração fazem parte do programa "Agropecuária 2030", pelo qual o SENAR-PR está levando aos mais de 1,5 mil alunos dos Colégios Agrícolas do Estado, quatro novos módulos de ensino: Agricultura de Precisão, Mecanização Agrícola, Drones Agrícolas e Pecuária. O objetivo é preparar as futuras gerações de profissionais do campo, para que eles possam utilizar com propriedade as novas tecnologias e conceitos aplicados ao setor agropecuário, multiplicando esse conhecimento e proporcionando bons resultados para o agro paranaense.

Para dar suporte a essa jornada, o Sistema FAEP/SENAR-PR está investindo R$ 2 milhões em drones, aparelhos de GPS, amostradores de solo e outros equipamentos que serão utilizados nas aulas. As dimensões dessa parceria refletem a importância das novas gerações de agrônomos, veterinários e técnicos de campo para a entidade, que ainda designou 24 instrutores do seu time para garantir a efetividade das aulas. É uma semente plantada hoje, pensando no futuro.

sistemafaep.org.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE PAULO FRONTIN
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N.º 22/2023
Processo Administrativo Nº 124/2023
Processo de Compra Nº 121/2023

Modo de Disputa: Aberto e Fechado
Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E OUTSOURCING DE IMPRESSÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PAULO FRONTIN/PR. em conformidade com as especificações, quantidades e valores máximos admitidos e constantes no Termo de Referência, e demais disposições do Edital, Data da Sessão Pública: 05/10/2023 às 9:30 horas, no site https://www.bllcompras.com
Edital na íntegra está disponível em https://www.bllcompras.com; https://paulofrontin.pr.gov.br/licitacao, ou na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, 204, Centro, Paulo Frontin/Pr. Cep. 84635-000, de segunda a sexta-feira, das 8:00 Horas às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.
Pregoeiro responsável: Eder Renato Stelmach
Paulo Frontin/Pr 20 de setembro de 2023.

LAURI MIGUEL HENKES JUNIOR.
Diretor do Departamento
de Licitação e Contratos

SIZIMUNDO KOVALSKI, inscrito no CNPJ 16.737.805/0001-52, torna público que requereu ao IAP a LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, para o Comércio atacadista de carvão vegetal, fabricação de Carvão, que encontra-se alocado na Linha dos Couros, Zona Rural, Município de Cruz Machado, Estado do Paraná.

FELIX STAUB, inscrito no CPF 676.968.139-00 e RG sob nº 4.976.212-7 / PR torna público que requereu ao IAP a sua LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, para a atividade de produtor de carvão Vegetal, fabricação de Carvão, que encontra-se alocado na Linha Divisa, Zona Rural, Município de Cruz Machado, Estado do Paraná.

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA SÃO CRISTÓVÃO LTDA. torna público que recebeu do IAT a Licença de Operação para a atividade de depósito e comércio de agrotóxicos, instalada na Rodovia BR 153, s/nº, Bairro Capão Bonito, General Carneiro. LO n° 305.128, validade 19/09/2029.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PORTO UNIÃO/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União/SC, no uso de suas atribuições legais, vem NOTIFICAR através da presente publicação, **Rudenei Roberto Sonnenstrahl, CPF: 981.529.559-49, Diogenes da Silveira, CPF: 023.345.289-35, Juliana Bonfim da Silveira, CPF:030.037.599-90, Helena Alves Pereira Donin, CPF: 133.181.668-80 e Marcela de Fátima Nehls, CPF: 036.102.999-32** seus cônjuges, herdeiros e sucessores, para que se manifestem perante este Ofício, instalado na Rua Prudente de Morais, n.º 589, em Porto União/SC, por escrito e no prazo de 15(quinze) dias a contar da última publicação concordando ou não com o pedido de **RETIFICAÇÃO DE ÁREA, MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES** do imóvel de propriedade de **Virgilio Samistraro e Dilva Picinin Samistraro**, Transcrito neste Ofício sob o n.º **23.506**, localizado na Rua Maria Catarina B. Huergo, Bairro Santa Rosa, nesta cidade de Porto União/SC, onde se pretende a alteração da área, medidas perimetrais e confrontações nos termos do levantamento topográfico e memorial descritivo elaborado pelo Engenheiro Ambiental Sr. Gilson Marcelo Serafini, Esp. Georreferenciamento Incra CREA/PR: 130433/D Visto/SC: 127.260-5, arquivados nesta serventia. A não apresentação de impugnação escrita, fundamentada e no prazo acima conferido, importará em anuência do confrontante e eventual discordância posterior somente poderá ser discutida em Juízo. E para que chegue ao conhecimento das partes acima e de eventuais interessados, lavro o presente Edital que será publicado em jornal local de grande circulação, por duas edições consecutivas.

Porto União, 15 de Setembro de 2023.

MARCUS VINICIUS VILAS BOAS
Oficial do Registro de Imóveis

2° Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória
Mário Sílvio Cargnin Martins Filho
Oficial
Rua Benjamin Constant, 750, Centro – União da Vitória - PR – Fone / Fax: (42) 3522-4242
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 08:30 ÀS 11:00 HORAS – 13:00 ÀS 17:00 HORAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Notificação do Sr. STEFANINA HORN OU SEUS HERDEIROS – PRAZO 15 DIAS ÚTEIS.
O 2º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR, faz saber, a todos quantos virem o presente edital ou dele notícia tiverem, nos termos dos artigos 212 e 213 da Lei Federal nº. 6.015/73, NOTIFICAR a Sra. Stefanina Horn ou seus herdeiros, proprietária do lote rural situado na Serra da Esperança, neste Município e Comarca de União da Vitória - PR, matrícula nº. 2.823, deste Serviço de Registro de Imóveis, para que, nos termos dos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 213 da referida Lei, se manifeste no prazo de quinze (15) dias úteis, acerca da "anuência" ou "impugnação" ao pedido de RETIFICAÇÃO DE MEDIDAS LINEARES, RETIFICAÇÃO DE ÁREA E ATUALIZAÇÃO DE CONFRONTAÇÕES, proposto extrajudicialmente por Ravanello Agropecuária Ltda., proprietária do lote rural situado na Serra da Esperança, neste Município e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, matrícula nº. sob nº. 2.823, deste 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, conforme levantamento topográfico efetuado pela Engenheiro Florestal, Manuela Ruckl Pereira Crestani, CREA/SC sob nº. 093569-3/D, fazendo necessário para tanto, a concordância do proprietário. Segundo o parágrafo 4º do artigo 213, da mesma lei, com silêncio do proprietário, presumir-se-á confirmada a anuência deste. Eventual discordância posterior ao transcurso do prazo, somente poderá ser discutida em juízo. E, para que chegue ao seu conhecimento, lavrei o presente edital que será publicado no jornal de maior circulação local, durante dois (2) dias consecutivos. Dado e passado nesta cidade de União da Vitória, aos 19 de setembro de 2023.

Janaíne Wilkoz
Escrevente

2° Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória
Mário Sílvio Cargnin Martins Filho
Oficial
Rua Benjamin Constant, 750, Centro – União da Vitória - PR – Fone / Fax: (42) 3522-4242
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 08:30 ÀS 11:00 HORAS – 13:00 ÀS 17:00 HORAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Notificação do Sr. MIGUEL NEVES OU SEUS HERDEIROS – PRAZO 15 DIAS ÚTEIS.
O 2º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR, faz saber, a todos quantos virem o presente edital ou dele notícia tiverem, nos termos dos artigos 212 e 213 da Lei Federal nº. 6.015/73, NOTIFICAR os Srs. Miguel Neves ou seus herdeiros, proprietário do lote rural situado em Vargem Grande, no Município de Paula Freitas, desta Comarca, matrícula nº. 14.215, deste Serviço de Registro de Imóveis, para que, nos termos dos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 213 da referida Lei, se manifeste no prazo de quinze (15) dias úteis, acerca da "anuência" ou "impugnação" ao pedido de RETIFICAÇÃO DE MEDIDAS LINEARES, RETIFICAÇÃO DE ÁREA E ATUALIZAÇÃO DE CONFRONTAÇÕES, proposto extrajudicialmente por Lydia Irene Andrade da Rocha, proprietária do lote rural situado em Vargem Grande, no Município de Paula Freitas, desta Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, matrícula nº. sob nº. 9.788, deste 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, conforme levantamento topográfico efetuado pelo Engenheiro Ambiental, Neilor dos Santos Filho, CREA/PR sob nº. 146815/D, fazendo necessário para tanto, a concordância do proprietário. Segundo o parágrafo 4º do artigo 213, da mesma lei, com silêncio do proprietário, presumir-se-á confirmada a anuência deste. Eventual discordância posterior ao transcurso do prazo, somente poderá ser discutida em juízo. E, para que chegue ao seu conhecimento, lavrei o presente edital que será publicado no jornal de maior circulação local, durante dois (2) dias consecutivos. Dado e passado nesta cidade de União da Vitória, aos 19 de setembro de 2023.

Janaíne Wilkoz
Escrevente

2° Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória
Mário Sílvio Cargnin Martins Filho
Oficial
Rua Benjamin Constant, 750, Centro – União da Vitória - PR – Fone / Fax: (42) 3522-4242
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 08:30 ÀS 11:00 HORAS – 13:00 ÀS 17:00 HORAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Notificação do Sr. JOSÉ DA LUZ OU SEUS HERDEIROS – PRAZO 15 DIAS ÚTEIS.
O 2º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR, faz saber, a todos quantos virem o presente edital ou dele notícia tiverem, nos termos dos artigos 212 e 213 da Lei Federal nº. 6.015/73, NOTIFICAR o Sr. José da Luz ou seus herdeiros, proprietário do lote rural Fração "B", situado na Serra da Esperança, neste Município e Comarca de União da Vitória - PR, matrícula nº. 21.791, deste Serviço de Registro de Imóveis, para que, nos termos dos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 213 da referida Lei, se manifeste no prazo de quinze (15) dias úteis, acerca da "anuência" ou "impugnação" ao pedido de RETIFICAÇÃO DE MEDIDAS LINEARES, RETIFICAÇÃO DE ÁREA E ATUALIZAÇÃO DE CONFRONTAÇÕES, proposto extrajudicialmente por Ravanello Agropecuária Ltda., proprietária do lote rural situado na Serra da Esperança, neste Município e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, matrícula nº. sob nº. 2.823, deste 2º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, conforme levantamento topográfico efetuado pela Engenheiro Florestal, Manuela Ruckl Pereira Crestani, CREA/SC sob nº. 093569-3/D, fazendo necessário para tanto, a concordância do proprietário. Segundo o parágrafo 4º do artigo 213, da mesma lei, com silêncio do proprietário, presumir-se-á confirmada a anuência deste. Eventual discordância posterior ao transcurso do prazo, somente poderá ser discutida em juízo. E, para que chegue ao seu conhecimento, lavrei o presente edital que será publicado no jornal de maior circulação local, durante dois (2) dias consecutivos. Dado e passado nesta cidade de União da Vitória, aos 19 de setembro de 2023.

Janaíne Wilkoz
Escrevente



CB Comercial Bandeirante
PREÇOS IMBATÍVEIS
3522-3993

